



A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O NOVO PERÍODO DE ALFABETIZAÇÃO: O QUE DIZEM OS PROFESSORES?

THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE AND THE NEW PERIOD OF LITERACY: WHAT DO TEACHERS SAY?

¹ Wagson Chalo Moçambique

² Eliuomar Cruz da Silva

³ Laury Vander Leandro de Souza

⁴ Adry Gabrielle Duarte de Almeida

⁵ Cristiane Antônia Duarte

RESUMO

Este estudo objetivou analisar e entender as mudanças ocorridas no período de alfabetização das crianças matriculadas no tempo certo a partir da Base Nacional Comum Curricular. Também procurou pontuar o tempo estipulado para alfabetizar os alunos na escola pública antes da base. E verificou qual é a opinião dos professores alfabetizadores no que concerne ao assunto em estudo sobre o novo período para alfabetizar descrito na Base Nacional Comum Curricular, utilizando como critério de elegibilidade professores que atuam na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

Palavras-chave: Alfabetização. Base Nacional Comum Curricular. Professores.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar y comprender los cambios ocurridos en el período de alfabetización de los niños matriculados en el momento adecuado a partir de la Base Curricular Común Nacional. También se buscó puntuar el tiempo estipulado para alfabetizar a los alumnos de la escuela pública antes de la base. Y verificó cuál es la opinión de los alfabetizadores del tema en estudio sobre el nuevo período de alfabetización descrito en la Base Curricular Común Nacional, utilizando como criterio de elegibilidad a los docentes que laboran en la educación inicial y los grados iniciales de la enseñanza básica.

Palabras clave: Alfabetización. Base Curricular Nacional Común. Maestros

SUMMARY

This study aimed to analyze and understand the changes that occurred in the literacy period of children enrolled at the right time based on the National Common Curricular Base. It also sought to punctuate the stipulated time to alphabetize students in the public school before the base. And it verified what is the opinion of literacy teachers regarding the subject under study about the new period for literacy described in the National Common Curricular Base, using teachers who work in early childhood education and the initial grades of elementary school as an eligibility criterion.

Keywords: Literacy. Common National Curriculum Base. Teachers.

1 Introdução

Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), lei 13.005/2014, é preciso alfabetizar os alunos até o final do 3º ano do ensino fundamental. Com a aprovação da 3ª versão da BNCC - Base Nacional Comum Curricular,

1 Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA, 2017. Pós-graduando em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Kurios-FAK, 2018. Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Interamericana/Facultad de Postgrados. wagsonhd@gmail.com.

1

2 Doutor em Educação pela Universidade Interamericana do Paraguay-PY. Mestre em Ciências da Educação pela Interamericana do Paraguay-PY. Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Táhirih. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. eliuomar9@gmail.com.

3 Doutoranda em Educação pela Universidade Interamericana do Paraguay-PY. Mestra em Ensino de Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Psicopedagogia Clínica, Institucional e TGD pelo Instituto Prominas. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. laurysouzabc@gmail.com.

4 Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana de Ciências Sociales do Paraguay-PY. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. duarteadry5@gmail.com.

5 Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana de Ciências Sociales do Paraguay-PY. Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Táhirih. Graduada em Matemática pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Graduada em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. profa.cristianeduarte@gmail.com





isso deve ser feito até o final do 2º ano do ensino fundamental, trazendo dessa forma novas perspectivas para o cenário educacional no país. No entanto essa mudança tem causado debates calorosos entre aqueles que defendem e discordam do que diz a nova BNCC.

Procuramos demonstrar que o documento está aí e precisa ser cumprido, uma vez que o mesmo tem caráter de lei. Cabendo a nós nos apropriar do mesmo e fazer o melhor uso possível, sem é claro, deixar de realizar algumas considerações e pontuar elementos que podem ser positivos ou não para o processo de crescimento, desenvolvimento e qualidade da nossa educação nas séries iniciais do ensino fundamental, ouvindo e colocando em debate o assunto com professores alfabetizadores.

Primeiramente dentro desse embate devemos considerar que pelo menos três indivíduos estão diretamente ligados ao que a base nos traz sobre o processo de leitura e escrita dos alunos das escolas públicas e particulares, sendo estes: o professor, o aluno, os pais ou responsáveis.

O professor porque é ele que vai desenvolver o trabalho dentro de sala de aula, através de metodologias estabelecidas para alcançar a meta de alfabetização dentro do prazo estabelecido. O aluno porque é ele que irá receber, participar, contribuir ativamente nas práticas de ensino. Uma vez envolvido deverá construir sua autonomia, dominar o nosso Sistema de Escrita Alfabética e se tornar uma pessoa considera alfabetizada. Os pais porque são eles que inserem a cultura, a linguagem, a crença, os costumes, as tradições e outras manifestações de letramento antes mesmo do aluno adentrar na escola. Também são eles que continuarão a participar da construção da pessoa-humana de seus filhos, apresentando cada vez mais o mundo cercado de comunicação, seja escrita ou falada no seu dia-a-dia.

Para Albuquerque (2010)

alfabetização consiste na ação de alfabetizar, de ensinar, crianças, jovens ou adultos a ler e escrever. Vista pela ótica do aprendiz, ela consiste no processo de ser alfabetizado, de ser ensinado a ler e escrever (ALBUQUERQUE, 2010, p. 15)

Quando os portugueses colonizaram o Brasil este ensino consistia na catequização e domesticação dos povos indígenas, utilizando para isso a gramática da língua Tupi, oralização e a memorização, visando depois inseri-los aos rituais e dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana. Uma ação que desprezava totalmente a educação da sociedade nativa, desenvolvida através da socialização dentro de comunidades sustentáveis, onde necessariamente não havia um sistema de educação ou regras pré-estabelecidas durante o processo na formação social e cultural de cada um.

Segundo Kramer (2010) a alfabetização não se limita apenas ao processo de decodificação e à aplicação de rituais repetitivos de escrita, leitura e cálculo. Isso porque que antes mesmo de a criança ler e escrever ela compreende as situações que a rodeiam, identifica objetos e se expressa de várias maneiras de falar. Também pelo fato de muitas experiências de leitura antecederem a leitura e a escrita propriamente dita. Sendo este processo iniciando antes mesmo da criança entrar na escola.

Esta pesquisa surge a partir de um recorte do trabalho de dissertação de mestrado, vinculado a Universidad Interamericana (UI). Este estudo também está alinhado ao interesse em conhecer mais sobre a realidade local e trazer ao campo científico contribuições relacionadas a alfabetização. Trata-se de uma análise exploratória, com base na formação, vivências e experiências dos professores investigados, levantamento bibliográfico com abordagem qualitativa de pesquisa.

Esse artigo analisou as mudanças ocorridas no período de alfabetização das crianças matriculadas no tempo certo a partir da Base Nacional Comum Curricular, na última versão. Também pontuou qual era o tempo estipulado para alfabetizar os alunos na escola pública antes da base. E verificou qual é a opinião dos professores alfabetizadores no que concerne ao assunto em estudo.

A educação ainda continua sendo a esperança de muitos professores e educadores do Brasil, no sentido de que por meio da educação possamos chegar a um novo nível de formação de homens e mulheres que transforme a sociedade na qual vivemos num lugar melhor.

2. Breve comentário a respeito do conceito de alfabetização no Brasil

Num sentido histórico do nosso país, até o ano de 1940, era considerado alfabetizado no Brasil aquele que soubesse assinar o seu próprio nome sem auxílio de um terceiro. Os estudos estavam pautados no catecismo, cartilhas de abc, essas cartilhas eram compostas do alfabeto, sílabas e carta de nomes (CÔRREA, 2005). Em meados da década de 1980, os métodos sintéticos e analíticos estavam em alta e os indivíduos que conseguissem ler e escrever palavras, frases e textos simples como um bilhete, não podiam ser mais chamados de analfabetos.

É também nesse espaço de tempo que diversas pesquisas começam a ser desenvolvidas na área da leitura e escrita.

A partir de 1990, o sentido da palavra “alfabetização” começou a ganhar novas concepções, é nesse período que o termo foi ampliado e passou então a englobar outro fenômeno, o letramento. É nesse período que o construtivismo chega ao Brasil e começa a ser plenamente divulgado em oposição aos antigos métodos como sintéticos e analíticos, silábicos ou fônicos. Presenciamos a partir de então uma grande divulgação dos trabalhos de Magda Soares, Emília Ferreiro e Ana Teberosky, apoiadas nas ideias de Vygotsky e Piaget levaram muitas escolas e professores a adotar suas ideias na perspectiva de gerar novas mudanças na educação. Tais estudos e trabalhos influenciam até hoje diversos profissionais da educação.

Atualmente para ser considerado alfabetizado, é preciso compreender, interagir e ser capaz de buscar o significado do texto e contextos diversificados escritos ou falados. Esse conceito está inserido a outro fenômeno, ao do analfabeto funcional, uma vez que muitos ainda não conseguem transitar de maneira autônoma no mundo letrado.

No entanto no Brasil, ainda existem muitas disparidades acerca do que é alfabetização, como a criança, jovem ou adulto precisa ser alfabetizado e o período em que isso deve ocorrer. Além das discussões históricas sobre o método a ser utilizado, posicionamentos, práticas de ensino muitas vezes ligadas à sua formação acadêmica e literatura estudada. Também pela maneira que o próprio profissional foi alfabetizado.

A Base Nacional Comum Curricular surge para normatizar e definir muitas questões como essas, visa por meio de habilidades e competências consideradas primordiais para três etapas da educação básica garantir o acesso à educação e o pleno desenvolvimento do homem para a vida e o mercado de trabalho.

Competência, definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018. p. 08).

Num sentido mais amplo da palavra compreendemos que a base segue os mesmos princípios da Constituição Federal de 1988, assim como de outras leis que até então abordam a educação em nível nacional, como por exemplo a Lei de Diretrizes da Educação Nacional de 1996.

2.1 O período de alfabetização na BNCC, o que mudou?

A Constituição Federal de 1988 garante o direito a educação aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, porém, nela não encontramos a palavra alfabetização. Na Lei de Diretrizes da Educação Nacional de igual forma essa palavra não está presente. Inferimos, portanto, que a lei 9394/96, em seu artigo 32, inciso I, definiu a alfabetização como o trabalho ou ação que garanta “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo” (BRASIL, 1996).

Sobre o período em que a alfabetização deve ocorrer na LBDN, não encontramos, nos levando a crer que esta ocorrerá a partir do 1º ano do ensino fundamental, porém, a lei na sua íntegra deixa um pouco solto e possibilita múltiplas interpretações sobre até quando a leitura e escrita precisa ser consolidada.

No Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, a alfabetização aparece na meta 5, onde determina que é preciso “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º

(terceiro) ano do ensino fundamental” (BRASIL, 2014, p. 24). O tempo estipulado tem causado debates, uma vez que a lei fixa um tempo, mas isso vem demonstrando que a lei por si só não garante o sucesso do aprendizado. Estamos já em 2021 e muitas metas estabelecidas no PNE ainda não foram alcançadas, principalmente no que diz respeito ao ensino da leitura e escrita, um exemplo disso é que em 2018 o total de analfabetos era mais de 11 milhões de pessoas.

A terceira versão da Base Nacional Comum Curricular, homologada no dia 20 de dezembro de 2017, é definida pelo Ministério da Educação como um documento obrigatório em todo o território nacional, e devia ser implementada a partir de 2019 no que tange a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Sobre a alfabetização a base define que deverá ocorrer nos primeiros anos do ensino fundamental e faz menção da educação infantil, sendo que nela a criança já precisa alcançar habilidades e conhecimentos que possam contribuir na leitura e escrita. Essa mudança tenta tirar a ideia que muitas vezes a criança da educação infantil ia a escola simplesmente para “brincar”. Certo que o lúdico é uma ferramenta importantíssima, mas o que muitas vezes foi debatido era que isso ocorria de maneira muito solta, o que acarretava maior carga de trabalho aos professores das etapas posteriores da vida escolar da criança.

Nesse sentido a base prioriza a oralidade, expressões linguísticas do próprio aluno, uso de gêneros textuais como: cantigas, parlendas, revistas, contos, jogos, receitas, games, relatos de experiências e experimentos para alfabetizar, (BRASIL, 2018).

Especificamente, no que concerne a prática de trabalho no Ensino Fundamental, o ensino da leitura e escrita está inserido na disciplina de Língua Portuguesa dentro da Área de Linguagem, destacando sua prática em quatro eixos, a saber: oralidade, análise linguística, semiótica, leitura/escrita e produção de texto.

Em resumo, podemos definir as capacidades/habilidades envolvidas na alfabetização/ como sendo capacidades de (de)codificação, que envolvem:

Compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas (outros sistemas de representação); Dominar as convenções gráficas (letras maiúsculas e minúsculas, cursiva e script); Conhecer o alfabeto; Compreender a natureza alfabética do nosso sistema de escrita; Dominar as relações entre grafemas e fonemas; Saber decodificar palavras e textos escritos; Saber ler, reconhecendo globalmente as palavras; Ampliar a sacada do olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez de leitura (fatiamento) – (BRASIL, 2018, p. 93);

Essa proposta requer que a escola desenvolva uma aprendizagem que possua uma aplicabilidade ou utilidade prática, isto significa dizer que a mesma deverá estar a serviço sociedade, ao mesmo tempo em que vende a ilusão que a sociedade é justa, uma vez que valoriza todos de forma igualitária, daí a ideia de justa, sendo esta sociedade sem discriminação e exclusão, não pode ser questionada. Dessa forma a base reduz ainda mais o que é aprendido na escola (GONTIJO, 2020).

É necessário lembrar que o governo atual, através do Ministério da Educação, sugeriu que se faça uma nova revisão a Base Nacional Comum Curricular, pois acredita que ela ignora conceitos fundamentais para que aja uma alfabetização de qualidade.

Em 2019 é instituída a Política Nacional de Alfabetização, por meio do Decreto Nº 9.765, de 11 de abril, onde em seu art. 2º, inciso I, considera-se: “alfabetização - ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, a fim de que o alfabetizando se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão” (BRASIL, 2019). Que deve ocorrer logo no primeiro ano do ensino fundamental, cabendo ao Ministério da Educação coordenar as estratégias dos programas e das ações a respeito dessa política.

Em outras palavras a PNA seria uma resposta do governo a BNCC, por intermédio da qual muda o período em que deve ocorrer a alfabetização e os princípios nela contida.

2.2 A BNCC e o período de alfabetização: Qual é a perspectiva dos professores?

Tratando-se de educação o professor é a pessoa mais envolvida nas práticas de ensino, porque é ele que vai desenvolver o trabalho dentro de sala de aula, através de metodologias estabelecidas para alcançar a meta de alfabetização dentro do prazo estabelecido. Mesmo após a mudança de foco em nosso país, onde o sujeito mais importante se tornou o aluno, o professor ainda é o agente transformador, aquele capaz de conceber uma transformação na vida do educando.

A análise desenvolvida sugere que o entendimento dos professores está relacionado a ideia de que a alfabetização é o processo que vai deste o reconhecimento das letras do alfabeto até o processo onde o aluno desenvolve a leitura, ou seja, desde identificar os grafemas (grafia das letras); até a produção dos fonemas (sons) correspondente a cada uma delas, um processo que envolve a escrita e leitura. Considerando que alfabetização é tudo para a vida de uma criança, é através da qual o aluno vai levar adiante seus estudos.

Quando é colocado em questão o novo período para alfabetizar na BNCC, existe uma discordância generalizada, e aqui podemos pontuar essa discrepância em duas etapas, a primeira é se dá pelo fato de que em certos pontos a Base Nacional Comum Curricular do ponto de vista dos professores está correta, quando ela define que as crianças sejam alfabetizadas entre o 1º ano até o 2º ano do ensino fundamental. É possível que o profissional dedicado possa sim alcançar êxito nesses dois anos.

Mas vejamos por um outro lado, existem ainda uma diferença muito grande em termos de educação no nosso país, pois em certos lugares onde as crianças tem acesso desde cedo ao ingresso na escola elas tem mais facilidades para aprender (de ser alfabetizada), já em outros onde se investem pouco na educação, não é uma tarefa muito fácil alfabetizar.

4

Notamos uma certa carência na aprendizagem do aluno; sem contar que a participação da família é fundamental nesse processo e na maioria das vezes a escola não tem essa participação. E na maioria das vezes esse processo varia de pessoa para pessoa é não é possível criar estimativas de que até o 2º ano a criança será alfabetizada.

Para tanto “o fracasso da alfabetização tem sido um mal que atinge quase que somente as crianças pobres”, como se isso fosse natural (MORAIS, 2012, p. 23).

Acredita-se também a aquisição da leitura propriamente dita varia de criança para criança. Existe criança que



aprende num período bastante curto, como um ano, outras podem levar mais de quatro anos, dependendo das respostas de cada um e do desenvolvimento apresentando durante esse processo. Isso quando não ocorre casos em que a criança possui distúrbios de aprendizagem, onde será necessário maior acompanhamento e um conjunto de profissionais para consolidar a meta estabelecida pela base.

Outra situação é infelizmente um assunto antigo, para que ocorra a alfabetização nos espaços escolares é preciso termos profissionais capacitados, uma realidade presente em nosso país, é a má formação do professor, isso remete a uma crítica as universidades que começaram a nosso ver debates intermináveis na sala de aula, deixando o conteúdo em segundo plano, ao passo que ao final do curso os graduados aprenderam a “criticar”, mas não dominam certos conceitos práticos e teóricos para se tornarem alfabetizadores competentes.

3. Metodologia

Para alcançarmos os objetivos propostos nesse estudo levantamos informações acerca da Política Nacional de Alfabetização, Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, Base Nacional Comum Curricular, 3ª versão, Lei de Diretrizes da Educação Nacional, lei 9394/96, Programa Nacional de Educação, lei 13.005/2014, Constituição Federal de 1988 a respeito da educação e alfabetização no Brasil. Além de consulta e leitura a livros que discutem a alfabetização no país, artigos científicos que abordam o novo período de alfabetização requerido na BNCC e arquivos que tratam direta e indiretamente o assunto abordado.

Trata-se de uma pesquisa exploratória a respeito das opiniões dos professores alfabetizadores da Escola Municipal de Limeira, escola pública pertencente ao município de Tabatinga, interior do Amazonas, sobre a novo período para alfabetizar descrito na Base Nacional Comum Curricular, utilizando como critério de elegibilidade professores que atuam na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, efetivos ou em cargos de nível temporário.

Assim, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica, pois a mesma envolve uma investigação baseada em fontes secundárias e compreende métodos e técnicas que facilitam o estudo (DUARTE & FURTADO, 2002), quanto ao tipo de pesquisa é qualitativa (LÜDKE & ANDRÉ, 2014), analisando os dados encontrados indutivamente conforme descrito por Silva (2005).

Para a obtenção das informações necessárias ao trabalho relacionado a perspectiva dos professores recorremos a entrevista a semiestruturada, GIL (1994, p. 113), uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas [...] por pesquisadores que [tratam de problemas humanos], [...] com objetivos voltados para diagnóstico e orientação [...]. A revisão de literatura ocorreu durante o mês de junho e as entrevistas e análise do material coletado no mês de julho de 2021. Todas as entrevistas foram previamente agendadas e seguiram todos os cuidados recomendados pela Organização Mundial de Saúde para evitar a propagação do novo coronavírus.

4. Considerações finais

Por meio dessa análise foi possível perceber que ao longo das últimas décadas começou a existir uma preocupação maior sobre a alfabetização de crianças em idade escolar. Também começou surgir novos debates no campo da educação preocupados com a maneira de ensinar a ler e escrever os educandos.

Desde a nossa colonização pelos portugueses até os dias atuais, tanto o conceito como a forma de encarar a alfabetização sofreram mudanças, principalmente a partir dos estudos realizados nos de 1980. Nesse sentido progredimos bastante, no entanto, por falta de uma melhor compressão dessas pesquisas, resultou em muitos “entusiasmados com o novo” a abandonarem práticas também importantes para a compressão do nosso Sistema de Escrita Alfabética.

Como resultado temos no Brasil muitas disparidades acerca do que é alfabetização, como a criança, jovem ou adulto precisa ser alfabetizado e o período em que isso deve ocorrer. Além das discussões históricas sobre o método a ser utilizado, posicionamentos, práticas de ensino muitas vezes ligadas à sua formação acadêmica e literatura estudada.

5

Os professores acham louvável a preocupação sobre tempo em que a criança deve alcançar autonomia na leitura e escrita, porém, muitos são resistentes quanto a alfabetizar em três, dois e um ano. Acreditam que muitos fatores estão relacionados a isso, recursos e meios que na maioria dos casos o Estado não dispõe, ainda que tenhamos direitos garantidos em lei.

Enfim, o documento está aí e precisa ser cumprido à risca, uma vez que o mesmo tem caráter ou força de lei. Cabendo a nós nos apropriarmos do mesmo e fazermos o melhor uso possível, sem é claro, deixar de realizar algumas considerações e pontuar elementos que podem ser positivos ou não para o processo de crescimento,



desenvolvimento e qualidade da nossa educação nas séries iniciais do ensino fundamental, ouvindo e colocando em debate o assunto com professores os alfabetizadores.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. **Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas** / organização Telma Ferraz Leal, Eliana Borges Correia de Albuquerque, Artur Gomes de Morais. – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010. – (Coleção Estudos em EJA).

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 397 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996**. Brasília: 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação, lei nº 13.005/2014**. Brasília: 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Alfabetização, decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Disponível em <http://solicitacao.servicos.gov.br>. Acesso em 20 de jul. de 2021.

CALÇADE, Paula. **Brasil está mesmo alfabetizado? – 25 de fevereiro, 2019**. Disponível em <https://novaescola.org.br/>. Acesso em 4 abr. de 2021.

CÔRREA, Carlos Humberto Alves. **Manuais, paleógrafos e livros de leitura; com quais materiais se formavam os leitores nas escolas primárias de antigamente?** Texto apresentado no Seminário “Constituição do leitor: memórias” promovido pelo Grupo de Pesquisa Alfabetização, leitura e escrita (ALLE) e que foi reavaliado no dia 14 de setembro de 2005 na faculdade de educação da Unicamp.

DUARTE, Simone Viana; FURTADO, Maria Sueli Viana. **Manual para elaboração de monografias e projetos de pesquisas.3 ed.** Montes Claros – Minas Gerais: Unimontes, 2002, 219 p.

GIL, Antônio Carlos, 1994, 2002. **Como elaborar projetos de pesquisa**. -4. Ed. -11. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. COSTA, Dania Monteiro Vieira. PEROVAN, Nayara Santos. **Alfabetização na Base Nacional Comum Curricular. Campinas, SP, 2020**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2018-0110>>.

KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso**/Sonia Kramer. – São Paulo: Ática, 2010. 2013p. – (educação em ação)

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**/ Menga, Lüdke, Marli E. D. A. André. - [2. ed]. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: E.P.U., 2014. 21 cm.

MORAIS, A. G. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SILVA, E. L. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**/Edna da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 4. ed. ver. Atual. –Florianópolis: UFSC, 2005.